



PLATAFORMA PORTUGUESA  
PARA OS DIREITOS  
DAS MULHERES



## **Workshop internacional sobre Orçamentos sensíveis ao género,**

**- Lisboa, 14 de junho de 2018 –**

**Alexandra Silva | Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres**

Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade,

Distintas oradoras convidadas,

Distintos e distintas convidadas,

Sejam muito bem-vindas ao *workshop* internacional sobre orçamentos sensíveis ao género.

É com um grande entusiasmo que em nome da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres vos dou as boas-vindas. Temos hoje um dia de trabalho repleto de aprendizagens e de co-aprendizagens transformadoras.

Não podemos deixar de iniciar este workshop (bem como todo o processo que está em curso) sem congratular o Estado português e o seu XXI Governo. Senhora Secretária de Estado, em representação das mulheres em Portugal, muito agradecemos a iniciativa do seu Governo em desencadear o processo de construção, implementação e avaliação do orçamento de Estado sensível ao género.

Esta iniciativa – presente na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, artigo 17º designado por Orçamentos com impacto de género – é, ou pode ser, em boa medida, transformadora (quase que revolucionária) do modo como o Governo e respetivos Ministérios percecionam as suas medidas de política e as implementam no sentido da promoção da igualdade entre mulheres e homens. Revolucionária (ou inovadora) no sentido da boa aplicação do dinheiro público em benefício direto das mulheres e dos homens a quem as medidas de política se destinam.

Orçamentos de Estado sensíveis ao género são instrumentos de políticas inteligentes, eficazes e eficientes, e potenciadores da transparência e da *accountability* (prestação de contas) governamentais, como explicarão as nossas oradoras convidadas.

Na definição do Conselho da Europa, a orçamentação sensível ao género consiste em avaliar os orçamentos nacionais com base no género, incorporando a perspetiva de género em todos os níveis do processo orçamental e reestruturando as receitas e despesas públicas de forma a promover a igualdade de género. Orçamentos de Estado sensíveis ao género integram a chamada estratégia de *mainstreaming* de género (transversalização, internalização da perspetiva da igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas, a todos os níveis e fases).

Orçamentos sensíveis ao género consubstanciam-se no processo de integração da perspetiva da igualdade entre mulheres e homens no próprio processo de elaboração, implementação e avaliação do orçamento do Estado. A implementação do orçamento de Estado sensível ao género integra e acompanha a implementação comum do orçamento de Estado – nas suas várias etapas: formulação do orçamento



PLATAFORMA PORTUGUESA  
PARA OS DIREITOS  
DAS MULHERES



pelo executivo, aprovação do orçamento pelo poder legislativo, execução orçamental pelo executivo e auditoria e avaliação orçamental.

Há, não obstante, como em qualquer processo transformador das práticas, fatores-chave potenciadores deste processo, que são:

- vontade e liderança política;
- compromisso da administração pública ao mais elevado nível;
- capacidade técnica de funcionárias/os públicos, nomeadamente na perceção do que são e na condução de políticas promotoras da igualdade entre mulheres e homens;
- envolvimento da sociedade civil, em particular das organizações de mulheres e que promovem a igualdade entre as mulheres e os homens.

Ora o processo que se iniciou este ano contempla todos os fatores-chave enunciados. Desde logo, resulta da vontade política com a inscrição do tal artigo na lei do OE. Tem acolhido o compromisso da administração pública ao mais alto nível.

E começa pelo envolvimento da sociedade civil, em concreto da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres no desenvolvimento da metodologia para a implementação do orçamento sensível ao género. A nossa metodologia tem sido co-construída em estreita cooperação com as e os representantes dos 5 Ministérios inscritos nesta iniciativa de 2018 (Finanças, Administração Interna, Justiça, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Saúde). Com base em reuniões conjuntas e depois com cada um dos ministérios, temos empreendido pela identificação de medidas piloto para avaliação, pela construção de um guia metodológico para o Estado português (onde se contempla uma gelha de análise facilitadora do processo), por *coaching*, e formação (como este workshop e uma ação de formação que em breve será desenvolvida).

Tem sido um processo muito interessante e entusiasmante. Um processo que revela interesse genuíno em fazer políticas e respetiva orçamentação responsáveis no sentido da promoção da igualdade entre mulheres e homens e responsáveis no sentido da boa governação e da boa utilização do dinheiro público.

Há, no entanto, ainda muito caminho por percorrer. E muita mudança por acontecer. Porque esta iniciativa não pode ficar-se por este projeto-piloto nem por este ano. Da nossa parte, temos muitas propostas em carteira, talvez ainda mais desafiadoras e transformadoras do processo orçamental e político.

Temos, hoje, oradoras convidadas muito interessantes, que vão partilhar connosco experiências de implementação de orçamentos sensíveis ao género no Reino Unido, Áustria e Suécia, bem como revelar a potencialidade transformadora – quase revolucionária – contida nos orçamentos sensíveis ao género.

Uma vez mais, sejam muito bem-vindas a este *workshop* internacional.

Alexandra Silva, Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres